

NOTICIÁRIO

PARA A HISTÓRIA DOS PORTOS PORTUGUESES.

Com a participação de investigadores portugueses e brasileiros, constituiu-se no Instituto Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, um grupo de pesquisa para reunir e estudar os materiais referentes ao movimento dos portos de Portugal continental, insular e ultramarino.

A pesquisa planeada irá do século XII ao século XIX e procurará integrar o movimento portuário português tanto no conjunto histórico nacional como no quadro internacional. Presidido pela Professora Virgínia Rau, tem em elaboração os seguintes estudos:

Virgínia Rau (Lisboa — Pôrto (séculos XV-XVI); Setúbal (séculos XVII-XVIII) e Funchal (séculos XV-XVIII);

Eduardo d'Oliveira França e Manuel Nunes Dias (São Paulo) — Santos (séculos XVIII-XIX);

José Antônio Gonçalves de Mello Neto (Recife) — Recife (séculos XVII-XIX);

Alberto Iria (Lisboa) — Algarve (séculos XV-XVIII);

J. A. Pinto Ferreira (Pôrto) — Pôrto (séculos XVII-XVIII);

A. de Oliveira Marques (Lisboa) — Lisboa (séculos XV-XVIII);

Jorge B. de Macedo (Lisboa) — Lisboa (século XVIII);

Maria Fernandes Gomes da Silva (Lisboa) — Portimão (séculos XVII-XVIII); Viana do Castelo (século XVIII);

Helder Lima (Lisboa) — portos dos Açores.

MANUEL NUNES DIAS

*

* *

CONCURSO PARA PROVIMENTO DA CADEIRA DE HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

Realizou-se, na segunda quinzena de novembro de 1958, o concurso para provimento da Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, vaga por aposentadoria do catedrático, professor dr. Alfredo Ellis Júnior.

O candidato, professor dr. Sérgio Buarque de Holanda, bacharel em ciências jurídicas e sociais, que desempenhou atividades na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal, até a extinção da mesma em 1939, como Professor-Adjunto de História Moderna e Econômica e de Civilização Luso-Brasileira, é Mestre em Ciências Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, foi professor de História Econômica do Brasil da mesma escola, de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Le-

tras da Universidade de Sorocaba, Docente de Estudos Brasileiros da **Università degli Studi** de Roma, ex-diretor do Museu Paulista e vinha regendo interinamente a Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, desde outubro de 1956.

Autor de **Cobra de Vidro** (São Paulo, 1944), **História do Brasil** (em colaboração com Otávio Tarquínio de Souza, Rio de Janeiro, 1944), **Monções** (Rio de Janeiro, 1945), **Índios e Mamelucos na Expansão Paulista** (Separata do Tomo XIII dos "Anais" do Museu Paulista, São Paulo, 1949), **Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial**, 2 volumes (Rio de Janeiro, 1952-1953), **Le Brésil dans la Vie Américaine** (Separata das IXmes. Rencontres Internationales de Genève, Neuchatel, 1954), **Apporto Italiano nella formazione del Brasile** (Siena, 1954), **Raizes do Brasil** (Rio de Janeiro, 1956, 3a. ed.), **Caminhos e Fronteiras** (Rio de Janeiro, 1957). Tem colaborado em periódicos brasileiros e estrangeiros, traduzido e prefaciado obras de amplo interesse histórico.

Foi diretor da Divisão de Consulta da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, além de ter exercido importantes funções em várias instituições culturais públicas e oficiais do país, pronunciado inúmeras conferências no Brasil e no exterior, participado de congressos de História e de bancas de concurso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, ambas da Universidade de São Paulo e da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Constituíram a Comissão julgadora do concurso para a cátedra de História da Civilização Brasileira os senhores professores dr. Hélio Viana, catedrático de História do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia, dr. Afonso Arinos de Melo Franco, catedrático de Direito Constitucional da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, dr. José Wanderley de Araújo Pinho catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, dr. Eduardo d'Oliveira França, catedrático de História Moderna e Contemporânea e dr. Eurípedes Simões de Paula (presidente da banca examinadora), catedrático de História Antiga e Medieval, ambos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

A prova escrita realizou-se aos 10 de novembro sobre o tema "**A conquista da paz interna e a conciliação política no Segundo Reinado**". O candidato teve seis horas para planificar e redigir o assunto sorteado. Na ocasião a Comissão examinadora julgou os títulos apresentados pelo professor dr. Sérgio Buarque de Holanda, alguns dos quais foram mencionados acima.

Aos 12 de novembro o candidato defendeu brilhantemente perante a banca examinadora e o público presente, a sua tese intitulada **Visão do Paraíso. Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil**.

A 13, foi efetuado o sorteio do ponto para a prova didática que se realizou no dia 14. O assunto versou sobre **Técnicas Rurais indí-**

genas; **contribuição adventícia.** Terminada aquela, o candidato fez a leitura da prova escrita. Em seguida foram apuradas as notas, tendo sido o prof. dr. Sérgio Buarque de Holanda aprovado com distinção, com a média 9,75, obtendo a Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

*
* *
*

Visão do Paraíso. Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil, a tese de concurso do professor dr. Sérgio Buarque de Holanda, obedece o seguinte plano, cujo desenvolvimento abrange 382 páginas:

- I. — A Experiência e a Fantasia.
- II. — Terras Incógnitas.
- III. — Do Eldorado à Serra da Prata.
- IV. — O Paraíso Perdido.
- V. — Mundo Velho e Novo Mundo.
- VI. — “non ibi aestus”.
- VII. — América Portuguesa e Índias de Castela.

Preciosas fontes bibliográficas e documentais, profunda erudição, elevada experiência de interpretação histórica, estilo do mais fino labor congregam-se na obra em apreço. Nela o historiador observa os temas edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil conforme os medievais entendiam a idéia do Paraíso, com a longevidade do homem, a bondade do clima, a primavera eterna. Eis porque diz (pág. 346) que “(...) os descobridores, povoadores, aventureiros o que muitas vezes vêm buscar, e, não raro, acabam encontrando, nas ilhas e terra firme do Mar Oceano, é uma espécie de cenário ideal, feito de suas experiências, mitologias ou nostalgias ancestrais”. Procura também demonstrar o fato de que nos portugueses há uma **atenuação plausível** desses temas, resultante de uma visão mais realista. Que todos os temas edênicos introduzidos no Brasil vieram através das conquistas castelhanas. Os portugueses aceitavam-na, porém, com uma certa atenuação. Que existe uma relação dessa atitude com o tipo de conquista cuja tradição prende-se à que veio da atividade colonizadora italiana na Idade Média, herdada pelos portugueses. Um exemplo é o predomínio da colonização costeira, mais sujeita ao arbítrio da Corôa.

*
* *
*

Dando início à sessão em que se realizou a defesa de tese do professor dr. Sérgio Buarque de Holanda para provimento da Cadeira de História da Civilização Brasileira, o senhor diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, professor dr. Paulo Sawaya, concedeu a palavra ao primeiro exa-

minador, professor dr. Afonso Arinos de Melo Franco que, iniciando a sua argüição, afirmou ver ressurgir na tese em questão um velho tema mitológico e literário, a idealização do Paraíso Terrestre, sua simbolização e sua transposição pelos aventureiros, militares e estadistas de orientação precípua na colonização do Novo Mundo. Disse ainda que a crítica fundamental ao trabalho não era a do **leitor** e sim a do **examinador**. Como **leitor**, não poderia construir uma crítica, porém, deixar-se arrastar pelo encantamento. Como **examinador** notava: 1. — A tendência do autor em chamar a atenção do leitor; 2. — A tese não seria propriamente uma **tese** na expressão da palavra, pela extrema fluidez, imprecisão e limitação do assunto de difícil concatenação e fugidío aos objetivos específicos de tese universitária; 3. — O inesquecível sabor literário que imprimia ao trabalho o cunho de uma grande obra de literatura; 4. — O fato do candidato não ter conseguido demonstrar satisfatoriamente — o que aliás era difícil de ser demonstrado — a questão da Espanha propensa ao mito, mítica, portanto, e Portugal, o país lanígero e erbívoro, mais realista, anti-mítico, ou seja, a Espanha, Quixote e Portugal, Sancho Pança. O que leu teve grande facilidade em absorver. E soube utilizar e apresentar com graça o que absorveu. Não convenceu, entretanto, pois permanece no autor a necessidade de definir o que é indefinível, que é a atenuação de uma influência, ou melhor, a idéia de que os portugueses atenuaram o mito. Isto, porque um dos principais objetivos da tese era dar cristalização ao que era de difícil fixação pedagógica.

Depois de outras questões de menor importância, o professor dr. Afonso Arinos de Melo Franco terminou a sua argüição afirmando o valor da obra no campo da Geografia, da História, da História das Ideias, da Medicina e da Literatura. Sua última objeção crítica: que se explicasse o candidato como considerava a tese. Como um trabalho universitário de concatenação de dados, de proposição e conclusão? Como, se a tese escapava a essa orientação?

Com a palavra, o candidato afirmou que a sua tese, embora produto de muitos anos de estudo, realmente não era a que faria se tivesse visado um concurso, o que não significa repúdio à tese como tese de concurso.

Declarou não sentir, na verdade, em seu trabalho, a imprecisão e a fluidez que o professor Afonso Arinos de Melo Franco observava. Todos os aspectos que abordou procurou documentar amplamente e o fato notado na argüição de se estender longamente sobre alguns assuntos tratados resultou exatamente da vontade de dar-lhes precisão e nitidez.

O tema realmente se prestava a um tratamento que parecia justificar algumas das críticas feitas, não lhe parecendo todavia que deveria excluir-se dos estudos históricos essas visões míticas que muitas vezes tanta importância tiveram nas atividades dos descobridores e colonizadores.

O que impressionou foi a constância com que certas noções medievais, bastante uniformes, cujas origens estão não só na tradição

bíblica como na tradição pagã sobre os **hortos amenos** reaparecem nas narrativas dos cronistas e colonizadores. Do confronto entre as descrições desses cronistas pareceu-lhe que os portugueses, muito mais do que outros povos, — especialmente do que os castelhanos — tendiam a reduzir ao plausível e ao verossímil essas visões paradisíacas e fantásticas. Com isto não pretendeu estabelecer uma oposição tão violenta entre castelhanos e portugueses que se equiparassem à oposição D. Quixote e Sancho Pança. Não pretendeu ver na mentalidade dos colonizadores entidades metafísicas, mas realidades históricas imutáveis.

A proposição e a conclusão existem na tese, ainda que o último capítulo, que pretendeu ser de certo modo uma conclusão, não tivesse tido esse título. O próprio fato de não ter enumerado as conclusões possíveis das proposições fundamentais da obra resultou do empenho de fugir ao subjetivismo e aos entre-tons que o arguidor notou no trabalho.

*
* *
*

O segundo examinador, o professor dr. Hélio Viana assinalou de início a importância do tema **Visão do Paraíso. Os Motivos Edênicos do Descobrimento e Colonização do Brasil**, afirmando que a obra teria sido melhor classificada como **ensaio** do que **própriamente como tese**, tais as suas características, inclusive a de não esgotar a respectiva matéria.

Os principais pontos abordados na arguição foram os seguintes: 1. — A respeito da geografia fantástica do Renascimento, faltou a utilização de uma importante fonte contemporânea, a **Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné**, de Gomes Eanes de Azurara (anotada pelo Visconde de Santarém. Edição parisiense de 1841), obra que apresenta uma idéia geográfica acerca da localização do Paraíso Terrestre; 2. — A visão paradisíaca estendida às terras da América e apontada por Cristóvão Colombo na região do Haiti. Poderia ter sido acrescentado o fato de que a própria bandeira brasileira conserva vestígios dessa visão: as cores **verde de primavera e amarelo d'oiro** (decreto de 18 de setembro de 1822 do Príncipe Regente D. Pedro), pois um dos sonhos paradisíacos era o da **eterna primavera, capaz de preservar o verde da folhagem no horto do Éden** (pp. 191 e 314); 3. — O mito das Amazonas, cujas notícias foram recolhidas pelos conquistadores em diversas regiões do continente sul-americano, ter-se-ia referido única e exclusivamente às virgens do sol e às mulheres escolhidas do Perú incaico, segundo E. de Gandia, na **Historia Crítica de los Mitos de la Conquista Americana**; 4. — O problema das **santidades do gentio**. Tratado rapidamente no capítulo III, "Do Eldorado à Serra da Prata", onde foram examinados os **motivos edênicos** na História do descobrimento e colonização do Brasil, não englobou pretos e mesmo brancos que também teriam participado das cerimônias de estranho sincretismo, sofrendo sua influência; 5. — A localização do **Sumidouro** que teria

sido a própria cachoeira de Paulo Afonso — em razão de seu vizinho **canyon**. Isto, a propósito da região atingida por João Coelho de Souza quando da sua entrada ao São Francisco e por outros; 6. — A entrada espírito-santense de Marcos de Azeredo. O certo é Azevedo e dela o sertanista não teria conservado o itinerário percorrido, nem tampouco o teria transmitido aos parentes. Não foi portanto o roteiro um **segrêdo de família**, tanto que se encontra no texto do **Livro que dá Rezão do Estado do Brasil**, de Diogo de Campos Moreno e nos mapas do Espírito Santo de João Teixeira Albernaz. Quanto às esmeraldas, não constituíram um mito apenas, pois apesar do malôgro da posterior expedição de Fernão Dias Paes, foram descobertas atualmente em território mineiro, município de Ferros — localidade Esmeraldas (1922) — ponto não muito distante do que consta do roteiro de Marcos de Azeredo; 7. — Questões relativas a expedições sertanistas: a). — A bandeira de Nicolau Barreto teria demandado a região do Guairá e não o território mineiro como afirma o candidato; b). — A expedição de Pero Lobo (1531) enviada de Cananéia por Martim Afonso de Sousa não teria sido a primeira **bandeira paulista** de que existe documentação, sim a primeira entrada em terras vicentinas, depois paulistanas, aplicando-se terminologia mais precisa; 8. — A menção feita na tese, do caráter marítimo da colonização portuguesa na Índia e no Brasil, segundo Sassetti e Frei Vicente do Salvador, respectivamente. Quando o frade terminou sua obra, em 1627, não estava a par da penetração e conquista do Maranhão e Grão-Pará, pela Amazônia a dentro. Das expedições paulistas de caça ao índio, de que também participaram portugueses, como por exemplo, Antônio Raposo Tavares. As próprias referências que fez na sua **História do Brasil** de incursões até então realizadas nas regiões norte, nordeste, leste e sul do Brasil indicam que o português já ultrapassara o limite de **dez léguas de penetração**, não permanecendo unicamente a **arranhar o litoral como caranguejo**. Não se poderá generalizar para o período colonial o que Frei Vicente registrou até 1627; 9. — O fato mencionado na tese de que também poderia ser de inspiração do florentino Vespúcio o elogio da eugenia do indígena brasileiro feito posteriormente por Jean de Léry. Vespuciana fôra a sugestão da localização, no Brasil, do Paraíso Terrestre. A carta de Pero Vaz de Caminha, embora de divulgação posterior, já chamara a atenção para o aspecto físico do nativo encontrado em plagas brasileiras; 10. — A idéia segundo a qual o governo de Lisboa tendia a dificultar a penetração ao interior, visando favorecer a ocupação do litoral. Teria sido útil mencionar a propósito a necessidade da defesa da costa constantemente ameaçada. E também lembrar a elevação de Santo André da Borda do Campo à categoria de vila, promovida por Tomé de Souza e a posterior transferência do pelourinho para a região de Piratininga, por ordem de Mem de Sá. São provas de que os portugueses não se preocupavam somente com a costa.

Em resposta ao professor dr. Hélio Viana, o candidato afirmou que a primeira observação do referido arguidor, isto é, a relativa à

classificação da **Visão do Paraíso** como ensaio e não como tese, assemelhava-se à feita pelo professor Afonso Arinos de Melo Franco, esperando tê-la respondido na medida das suas possibilidades.

Quanto à idéia de esgotar a matéria não acreditava que mesmo numa tese no sentido mais estrito da palavra, poderia ter tido essa pretensão. Limitou propositadamente o assunto para poder abordá-lo com precisão, o que não impediu que a tese tivesse alcançado cerca de quatrocentas páginas. Mesmo dentro desses limites pretendeu ter tratado amplamente os pontos visados ainda que não exaustivamente.

Não lhe ocorreu lembrar a passagem da crônica de Azurara mencionada pelo examinador, entretanto não lhe pareceu que essa falta fosse tão importante pois a suposta referência ao Paraíso por parte do cronista é ambigua e sujeita a discussão.

Se fosse abordar aspectos como esse do verde da bandeira nacional apontado pelo argüidor teria feito uma tese muito mais estensa e difusa. Quanto às côres da bandeira brasileira há uma versão contemporânea segundo a qual reproduzem elas a da Casa de Bragança e da Casa da Áustria.

Quanto ao mito das Amazonas, acrescentou dever lembrar que a noção da existência de Amazonas antecede muito ao conhecimento do Novo Mundo, do Perú e, portanto, não poderia ter provindo de mito **única e exclusivamente** das Virgens do Sol lembradas por Gandia. Já Colombo as tinha visto nas Antilhas e pouco mais tarde também foram assinaladas ao norte do continente sulamericano. Não excluiu que, com o tempo se misturassem a essas teorias o fruto da experiência da conquista do Perú, mas isso mesmo foi dito na tese.

Sobre a questão das **santidades do gentio**, não foi sua intenção esgotar o assunto que se achava fora do objetivo da tese. O que pretendeu foi simplesmente mostrar como nas crenças dos índios do Brasil os colonos poderiam achar refôrço para uma tradição, para um mito milenar entre êles. E' claro que nesse caso não era de importância entrar em minúcias sobre as **santidades** entre os brancos e negros.

No tocante à localização do **Sumidouro** pareceu-lhe também assunto lateral que não lhe cabia esquadrihar.

Quanto à entrada de Marcos de Azeredo, já esperava a objeção, pois o próprio argüidor em sua recente edição do **Livro que dá Rezaõ ao Estado do Brasil** pareceu apontar como errada a versão de historiadores os mais eminentes que escrevem sem discrepância Azeredo e não Azevedo. Não encontrou motivos para corrigir essa versão tradicional e o faria se encontrasse. Da observação do argüidor de que a forma Azevedo acha-se no **Livro que dá Rezaõ...** lembrou que a confusão entre o **v** e o **r** é muito fácil em documentos manuscritos. Que os textos conhecidos do referido **Livro...** são cópias de originais perdidos, que não só todos os outros documentos da época trazem Azeredo e não Azevedo como um livro impresso de um contemporâneo do sertanista, isto é, Simão de Vasconcelos, **A Crônica da Companhia de Jesus**, traz também Azeredo como os demais tex-

tos, o que parece excluir. Repetiu, entretanto, que no dia em que puder verificar o seu erro não terá dúvidas em corrigi-lo.

Sobre o problema das esmeraldas o que lhe importou não foi tanto verificar sua existência no Brasil e sim o que pensavam sobre elas os contemporâneos. Não importava por conseguinte, que em 1922 tivessem sido descobertas esmeraldas verdes e não simples turmalinas nesta ou naquela área do sertão.

Das questões relativas a expedições sertanistas tinha a dizer que sobre a bandeira de Nicolau Barreto acreditava ter mostrado o quanto possível a procedência do seu ponto de vista em trabalho citado na tese. Não via porque modificá-lo embora fôsem das mais respeitáveis as opiniões divergentes. Quanto à expedição de Pero Lobo não ter sido a **primeira bandeira paulista**, de fato, a terminologia mais precisa pedia que dissesse a **primeira entrada** em terras vicentinas, nisso concordou que o argüidor tinha toda a razão. Mas também numa terminologia mais precisa não se poderia dizer que o Brasil foi descoberto em 1500 porque o nome Brasil veio a surgir somente mais tarde.

Sobre as conquistas do Maranhão e Grão-Pará que antecederam a elaboração da obra de Frei Vicente do Salvador foram, de fato, obra de colonização litorânea. A própria colonização da Amazônia não deixou de sê-lo, uma vez que nas praias do "rio-mar" e seus afluentes repetiu-se a colonização da orla marítima. Mas essa mesma colonização foi posterior a 1627, mesmo as entradas paulistas de maior projeção e as que mais decididamente contribuíram para romper os limites da demarcação portuguesa principiaram exatamente em 1628. Quando Frei Vicente falou dos portugueses, dizendo que arranhavam o litoral como caranguejos, ele aparentemente quis referir-se à colonização efetiva, não à exploração de território, do contrário não se explicaria que ele mesmo tratasse em livro, de várias entradas ao sertão. Quanto à alegação de que era injusto pretender-se que os portugueses preferiram a colonização litorânea não foi atingida propriamente a tese, mas os autores coloniais que trataram do assunto. A tese não se apoiou nesse ponto apenas em Frei Vicente do Salvador, mas também em Nóbrega, no autor dos **Diálogos das Grandezas do Brasil**, no livro que dá **Rezão ao Estado do Brasil** entre muitos outros. Poderia dizer que também fora do Brasil essa tendência de colonização litorânea foi notada por Sasseti na Índia, por Vitória e Grotius na África. A acentuação desse fato tão amplamente documentado não significou um desabono à atividade colonizadora dos portugueses. Note-se, em face da colonização, não pretendeu tomar uma atitude polêmica ou apologética. Querer encontrar só virtudes na atividade colonizadora dos portugueses resultaria num parcialismo que não beneficiaria nem a História nem a Portugal.

No concernente à "Carta de Caminha", ao simples fato de ter sido desconhecida dos autores do século XVI, ao passo que as **Relações Vespucianas** e pseudo-vespucianas foram bem divulgadas pare-

ceu razão suficiente para que fôsse ela omitida entre as fontes prováveis de Léry nesse particular.

Quanto à questão de que o governo de Lisboa tendia a dificultar a penetração ao interior visando favorecer a ocupação do litoral a explicação não entrou em desacôrdo com a tese. Não se preocupou com as razões que levaram os portugueses a preferir a colonização costeira mas apenas a circunstância de a terem adotado. As mesmas razões lembradas pelo argüidor para justificar êsse tipo de colonização fizeram com que os castelhanos preferissem justamente a colonização terra a dentro e mesmo a expressamente como está na **Recopilación de Leyes de Indias**.

Quanto ao ponto de elevação de Santo André da Borda do Campo à categoria de vila e a transferência do pelourinho para Piratininga fugiu significativamente à regra mais geral da colonização portuguesa e foi determinada por motivos especiais abordados na tese. Ainda no século XVIII, Marcelino Pereira Cleto e Frei Gaspar da Madre de Deus assinalaram essa exceção piratiningana como destoante da política geralmente usada pela corôa portuguesa.

*
* *
*

Com a palavra o professor dr. José Wanderley de Araújo Pinho deu início à sua argüição, elogiando a tese apresentada ao concurso para provimento da Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, pelo valor histórico, perfeição de linguagem e afirmando o apreço intelectual que de longa data devotava ao candidato, a quem considerava grande homem de letras. Em seguida levantou as seguintes questões: 1. — Falta de uma sucessiva ordenação dos assuntos que sugeria repetições e acúmulo de minúcias; 2. — Na referência à expedição de Vasco Rodrigues de Caldas (1560), o autor trocou o nome do rio por onde teria penetrado aquela expedição e em lugar de mencionar o rio Paraguassú, referiu-se ao Itapicurú; 3. — Esboçou-se uma tese às páginas 358-359, segundo a qual o conquistador castelhano evitou expressamente as partes da marinha, ao passo que no caso português, foi a própria Corôa que estorvou a penetração rumo ao interior e procurou povoar o litoral. A êsse propósito, o candidato, para apoiar êste ponto de vista, citou a **Recopilación de Leyes de Indias** e de outro lado, o **Regimento de Tomé de Souza**. No caso o **Regimento** não estabeleceu estôrvo à penetração, mas quis apenas impedir alguns inconvenientes que dela poderiam resultar. Tanto a Corôa não criava estorvos à penetração do interior, que as próprias expedições de Espinosa e de Vasco Rodrigues de Caldas foram emprêsas particulares; 4. — Disse que o candidato referiu-se a que as entradas ao sertão realizaram-se quase sempre na direção apontada por Filipe Guillén e que a tradicional meta fôra o Rio São Francisco. Por que teria sido o São Francisco o **gran-rio** a que se referiu Guillén? Curioso foi que o candidato começou essa identificação de maneira menos categórica, usando mes-

mo a expressão **por ventura**, e mais adiante reforçou com ênfase, aplicando o advérbio **certamente**; 5. — O fato alegado pelo candidato segundo o qual haveria empêño da parte das autoridades portuguesas de que as expedições rumo ao sertão em busca de riquezas se fizessem tanto quanto possível mais próximas da sede do Governo Geral. E observou contra isso que tais incursões não se realizaram tanto da Bahia como muitas vêzes de Pôrto Seguro e do Espirito Santo. Mas por que admitir que teria havido empêño nessa fiscalização quando é certo que Pôrto Seguro e Espirito Santo não se encontravam tão perto da sede do Governo?

Com a palavra, o candidato agradeceu ao professor Araújo Pinho as referências elogiosas à sua tese e à sua pessoa e passou a responder às questões levantadas. Quanto à primeira objeção sôbre a falta de uma sucessiva ordenação dos assuntos na tese, reconheceu-lhe a existência que não justificou, mas explicou pelo prazo breve de que pôde dispor para a elaboração do trabalho. Concordou inteiramente com a observação afirmando que seria tanto quanto possível corrigida na impressão definitiva.

Também concordou com o examinador sôbre a troca do nome do rio Paraguassú, por onde entrou Vasco Rodrigues de Caldas em 1560, pelo Itapicurú, explicando tratar-se de um lamentável lapso que não foi corrigido, devendo notar-se que a tese tal como foi apresentada à banca examinadora, o foi em segundas provas tipográficas.

Sôbre a terceira questão, disse o candidato que também não lhe pareceu ter havido um estôrvo à penetração — no sentido de entradas de descobrimento. Aliás, no próprio texto do livro deteve-se largamente nessas entradas e teria sido uma contradição da sua parte pretender negar que tivessem sido realizadas. O que a Corôa procurava estorvar não eram as expedições de descobrimento e sim o estabelecimento de colonos no interior. Note-se que mesmo essas penetrações exigiam em muitos casos endôssos da administração portuguesa quando não fôssem organizadas pelos próprios governadores. Foi o caso das próprias expedições de Espinosa e Vasco Rodrigues de Caldas ainda que se tratasse de emprêsas particulares.

Em resposta à objeção do examinador de que êle candidato referiu-se a que as entradas ao sertão realizaram-se quase sempre na direção apontada por Filipe Guillén e que a tradicional meta fôra o rio São Francisco, realmente, tendeu a identificar o **gran-rio** de Guillén com o São Francisco, pela constância com que em expedições posteriores se procurou aquêle rio, em geral, suas nascentes, para localização dos tesouros a que aludira o espanhol.

Quanto ao empêño da parte das autoridades portuguesas de que as expedições rumo ao sertão em busca de riquezas se fizessem tanto quanto possível mais próximas da sede do governo geral, êsse empêño baseou-se numa presunção aparentemente apoiada pela circunstância das expedições autorizadas pela administração portuguesa se realizarem de preferência a partir de Pôrto Seguro e Espirito Santo ainda quando não fôssem coroadas de êxito, sendo certo que de outras regiões mais distantes da Bahia, como a Capitania de

São Vicente, tinham partido entradas bem sucedidas como as de Braz Cubas e de Luís Martins. Era certo que Pôrto Seguro e Espírito Santo não se achavam tão perto da sede do govêrno, em todo caso eram mais próximas do que São Vicente. Parecia significativo que um século mais tarde, a de Fernão Dias Paes que sairia de São Paulo em busca das fabulosas minas de prata e esmeraldas da famosa Sabarabossú foram dadas ordens expresssa para que descobertas essas riquezas nada comunicasse aos moradores de São Paulo e procurasse sair pelos caminhos de Espírito Santo e Pôrto Seguro quando não da própria Bahia de Todos os Santos, utilizando para isso em parte um braço do São Francisco. Esse fato afirmou o candidato, mostrava que a sua presunção não fôra de todo infundada.

*

* *

Iniciou-se, a seguir, a arguição do professor dr. Eduardo d'Oliveira França que qualificou a tese do candidato como uma obra de arte, fruto da inteligência e da sensibilidade do autor. Foram as seguintes as objeções: 1. — Na realidade o **escritor**, na tese, superou o **professor universitário**. O trabalho em questão era mais uma coleção de belos ensaios do que uma tese universitária; 2. — A idéia do **Paraíso** que o candidato apresentou era imprecisa. Na realidade a imprecisão vinha do próprio conceito. Mas o candidato não fêz qualquer esforço para precisar essa idéia. Duvidava êle examinador, que todos os mitos citados fôsem paradisiacos. A lenda das Amazonas seria um mito edênico?; 3. — O fato do capitulo IV da tese esvaziar-se de História do Brasil de maneira alarmante; 4. — O candidato deu à tese o titulo de **Visão**, como se no tempo não existissem realidades, porém, as **visões**. Cumpriria fazer ver até que ponto esta visão teria sido atuante na História; 5. — O candidato principiou com afirmações dogmáticas e só posteriormente é que procurou nuançar o dogma; 6. — Não teve a preocupação de explicar por que os mitos apareceram e como atuaram. Não elucidou as razões da persistência da duração dos mitos. Não encontrou na tese os processos de difusão dos mitos. Nesses mitos existiam elementos indígenas, medievais e contemporâneos. Até que ponto teriam sido êles de origem espanhola? O mito das Amazonas, por exemplo, era de origem clássica. Assim caía por terra a opposição que o candidato estabeleceu entre a fecundidade mítica dos espanhóis e a esterilidade dos portugueses. A verdade era que se os portugueses eram menos míticos do que os espanhóis é porque tinham uma experiência de conquista que os outros não possuíam; 7. — Criticou a opinião do candidato de que a atitude dos portugueses em face das novas terras descobertas teria sido de certo modo arcaizante para a época e submissa a padrões longamente ultrapassados pelas tendências que animavam o pensamento dos humanistas, em verdade de todo o Renascimento. Pensava o examinador exatamente o contrário. O moderno na época do Renascimento não era o Humanismo que repetia o passado. Era o que se criava de novo. E o que se criava de novo

era obra dos portugueses. O próprio candidato caíra numa certa contradição quando declarara que a colonização portuguesa prolongava os métodos colonizadores das Repúblicas italianas. Se a Itália, terra dos Humanistas, era o moderno, por que então os portugueses que seguiam os italianos eram arcaizantes? Mesmo os espanhóis comparados aos portugueses, não eram modernos; 8. — Em toda a tese, o candidato chegava a uma espécie de pan-edenismo, vendo em tudo o **Paraíso**, arriscando-se a criar um mito do mito do **Paraíso**. Achava, êle examinador, que os colonizadores não vieram procurar o Paraíso, mas sim riquezas. A busca do ouro foi que os moveu.

Com a palavra o candidato respondeu à primeira objeção do professor Eduardo França, a de que na realidade o **escritor** na tese superava o **professor universitário**, dizendo ter tido a impressão de que estava recebendo de volta o que êle candidato dissera da admirável apresentação literária e artística de que se revestiam os trabalhos do examinador. Com efeito há alguns anos o professor Eduardo França defendeu a sua tese para a cátedra de História Moderna e Contemporânea e o professor Sérgio Buarque de Holanda foi um dos membros da banca examinadora. Continuando, disse o candidato lembrar-se muito bem de ter afirmado ao professor França que em seu trabalho apesar de todo o zelo crítico dado sentia-se constantemente a preocupação do bem escrito e do literário.

Prosseguindo no mesmo assunto, disse o candidato recear que a observação do seu examinador se prendesse demais a um critério demasiado clássico, dado o que fôsse uma tese universitária. Afirmou ainda ter tido oportunidade de observar várias teses apresentadas à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e a poucas se poderia aplicar, segundo pensava, a rigidez que o examinador pretendia dar à idéia de tese. Mesmo a tese do examinador que teve a ocasião de estudar parece-lhe afastar-se bastante daqueles critérios estritos. A objeção teria razão de ser se o trabalho que apresentou para o concurso da cátedra de História da Civilização Brasileira fôsse uma **coleção de belos ensaios**. Permitiu-se, entretanto discordar dessa observação. Uma leitura atenta do trabalho teria mostrado de fato que havia nele uma idéia central que se procurava desenvolver ao longo de todo o texto em vários aspectos, seguida de conclusões que só não apareciam com êsse nome e numa seqüência nítida justamente porque se pretendiam evitar os conceitos subjetivos que são mais próprios de um ensaio do que de uma tese universitária.

Quanto à segunda observação do professor Eduardo França, pareceu-lhe a êle candidato o contrário, que a idéia do Paraíso tal como foi exposta na tese era tudo, menos imprecisa. Os motivos paradisíacos nascidos de tradições tanto pagãs como cristãs desenvolveram-se ao longo da Idade Média, a partir dos **poetas teólogos**, e principalmente de Santo Isidoro de Sevilha, até adquirirem contornos uniformes e de uma precisão quase monótona. Foram êsses traços do mito edênico que os primeiros descobridores e cronistas en-

contraram na paisagem e na vida das novas terras descobertas. Não necessitou êle candidato de grande esforço para precisar a idéia do Paraíso porque ela já aparece bem clara nos numerosos textos que recordou. Dos mitos citados nem todos eram estritamente paradisiacos e era o caso, entre outros, da lenda das Amazonas, mesmo essa porém, acompanhava com grande freqüência ao longo de tôda a Idade Média a idéia da existência física e atual do Paraíso Terrestre. Nas viagens de Mandeville, em numerosas cartas geográficas medievais a terra das Amazonas era contígua ao sítio do Eden e nas **Sergas de Esplendiant**, as Amazonas da Califórnia eram vizinhas do Paraíso.

Sôbre o capítulo 4.^o da tese **esvaziar-se de História do Brasil, de maneira alarmante**, não lhe parecia tão alarmante o fato. Justamente nessa parte da tese era que se recapitulavam as idéias tradicionais àcerca de um Paraíso fisicamente existente em alguma parte da Terra. Era evidente que o candidato precisaria afastar-se, neste ponto, do Brasil, pois do contrário não teria qualquer sentido a idéia central da sua tese. Pensava, por outro lado, que a História do Brasil não devia ser vista como um compartimento estanque e isolado da História mundial.

Do título de **Visão**, não foi êsse uma invenção do candidato. Tem sido aplicado pelos historiadores justamente àquelas descrições do Paraíso terreal que aparecem com tanta freqüência nos tratados dos cosmógrafos, dos geógrafos, dos viajantes, dos teólogos e dos poetas até a época dos grandes descobrimentos. Não sabia se pudera fazer ver até que ponto foram atuantes na História aquelas visões. Mas fôra essa, bem ou mal, a sua intenção.

No tocante às **afirmações dogmáticas** imputadas pelo examinador ao candidato, respondeu êste que não sabia se o examinador tinha razão nessa observação que discordava tão vivamente da que acabara de ouvir de outro ilustre membro da banca julgadora. Com efeito, declarara o professor Wanderley Pinho em sua argüição que ao longo da tese o candidato principiava muitas vèzes com um **porventura**, para concluir com **certamente**, começaria com a nuance para terminar com a certeza. Disse que procurava evitar sempre que possível as conclusões dogmáticas. Nesse caso, ficava hesitante, sem saber se a razão estaria com aquêlê examinador ou com o ilustre colega.

A propósito da origem, da duração e da atuação dos mitos, afirmou o candidato, que tôda a sua preocupação fôra mostrar como apareceram, persistiram e atuaram. Se o não fêz melhor foi por lhe faltarem as virtudes de clareza que o examinador complacientemente distinguiu na tese ao iniciar a argüição.

Referiu-se à menção do examinador segundo a qual o mito das Amazonas era de origem clássica. Outra coisa não disse êle candidato em sua tese. Se os castelhanos absorveram-no tão vivamente, não quer dizer que tivessem sido seus criadores. Longe de cair por terra afirmavam-se ainda mais nesse ponto as divergências entre os métodos lusitanos e os castelhanos. Êle candidato deve ter sido

bastante obscuro no seu trabalho, para que o professor França não tivesse notado que a relativa **esterilidade mítica** dos portugueses foi afirmada em várias partes da tese. Foi assinalada já na sua primeira página e, disse mais, no seu primeiro parágrafo. Note-se que êle candidato não pretendeu opor portugueses e espanhóis como se fôsseem entidades metafísicas, mas como realidades históricas e por isso mesmo sujeitas às contingências do tempo.

A propósito da crítica do professor Eduardo França à opinião do candidato sôbre a atitude dos portugueses em face das novas terras descobertas, replicou-lhe que como professor de História Moderna o examinador deveria ter meditado longamente sôbre êsses problemas para que êle candidato ousasse discordar enfaticamente de suas opiniões. Apenas lembraria que para a generalidade dos historiadores, os humanistas não repetiram o passado, ainda quando os animasse êsse pensamento, mesmo aquêles que se prenderam mais acentadamente à idéia da continuidade histórica e mostraram repugnância pelas **teorias catastróficas** pareceram concordar em que o Renascimento era em muitos pontos um verdadeiro nascimento. Não quis negar que os portugueses, mas não apenas os portugueses abriram então novas e imensas perspectivas. Nem por isso despojou-se sua atividade de certo timbre arcaizante. Disse que o professor Eduardo França afirmava haver uma certa contradição na tese, onde se declarava que os métodos de colonização dos portugueses tendiam a prolongar os da Repúblicas italianas a que acrescentava: a). **Se a Itália, terra dos Humanistas, era o moderno, por que então os portugueses que seguiam os italianos eram arcaizantes?** A isso êle, candidato devia ponderar que em seu parecer, os portugueses seguiram menos os italianos do seu tempo, do que os de dois e mais séculos atrás. Os Pessagnos genovêses — já ao tempo de D. Diniz os mestres da marinharia portugêsa — foram obrigados a sempre terem sob as suas ordens vinte homens do mar naturais de Gênova, indício ao que parece de que não os encontrariam com facilidade em terras lusitanas. Não era por acaso que muitos dos métodos das instituições coloniais dos portugueses parecem reproduzir os dos genovêses e venezianos, seus antecessores e mestres.

À objeção de que em tôda a tese o examinando chegava a uma espécie de pan-edenismo, respondeu êle que o seu trabalho visava a mostrar uma noção precisa, a da persistência na época e na atividade dos grandes descobridores do ideal dos **hortos amenos** inspirados largamente nos velhos motivos edênicos. E' claro que deveria precisar sobretudo senão unicamente êsse ponto. Não acreditava que assim fazendo se excluísse o pensamento de que os colonizadores vieram em busca de riquezas.

*

* * *

Com a palavra o último examinador e presidente da banca, o professor dr. Eurípedes Simões de Paula. Cumprimentando o candidato pela tese apresentada, iniciou a argüição afirmando que suas

considerações deveriam ser encaradas como um pedido de esclarecimento a certos trechos do trabalho e não como críticas propriamente ditas. 1. — Descobriu na tese uma explicação para um certo espírito de aventura responsável por muitas das nossas atitudes e atividades atuais, o que poderia ter figurado entre as conclusões; 2 — Poder-se-ia dizer que na tese havia com freqüência um reduzido conteúdo de História do Brasil, o que era de certo modo explicável pela necessidade de se buscar no passado e fora do Brasil explicações para acontecimentos da nossa História; 3. — O autor presumia que no Renascimento já existia uma noção exata da experiência. A verdade, entretanto, é que o experimentalismo português era tradicional, e anti-científico. Ocorreu-lhe o caso do filósofo português Francisco Sanches, estudado pelo professor Cruz Costa; 4. — O candidato poderia ter frisado nas atividades colonizadoras o papel da Igreja que foi notável. Os padres eram geralmente os mais cultos homens, os que estavam mais imbuídos da Antigüidade; 5. — Influência possível dos egípcios sobre idéias da Antigüidade acerca das terras ocidentais, Canárias, etc., que teriam agido no espírito dos navegantes.

Haveria também a lembrar o caso de precursores dos portugueses na tentativa de alcançar a Índia costeando a África (Irmãos Vivaldi); 6. — A certa altura da tese, o candidato referiu-se à expedição tratada na *Nova Gazeta* alemã como sendo expedição de D. Nuno Manuel. À página 126, disse que o piloto da nau mencionada na mesma *Gazeta* era presumivelmente João de Lisboa; 7. — Indicou alguns pontos que julgava sujeitos à crítica: à página 130, o candidato escreveu **Canério**, em vez de **Cavério**. E, à mesma página, a propósito da expressão **alapego de sam paulo** existente no mesmo mapa, disse que Duarte Leite a teria explicado como uma simples corruptela de **arquipélago**. O candidato deixou de lembrar que essa explicação antes de Duarte Leite já fôra dada por Orville Derby (**Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, vol. 7).

Terminada a arguição do professor dr. Eurípedes Simões de Paula, o professor dr. Sérgio Buarque de Holanda agradeceu os cumprimentos que lhe foram dirigidos por aquêl examinator, afirmando sentir-se honrado com a presença, na sua banca de concurso, de quem ha muito admirava pelos méritos de professor, de historiador e de incentivador da pesquisa à frente da **Revista de História**.

E passou a responder às questões levantadas.

Quanto ao fato de que poderia ter figurado nas conclusões da obra uma explicação para certo espírito de aventura responsável por muitas das nossas atitudes e atividades atuais na História do Brasil, afirmou o candidato concordar que, baseado em sua tese, poderia ter tentado essas explicações e com isso evitado talvez as críticas daqueles que notaram a ausência de conclusões expressas e precisas. O certo, porém, foi que quis fugir tanto quanto possível às considerações que poderiam ter cunho subjetivo e pessoal e preferiu ater-se aos dados que apresentou à custa de interpretações talvez sugestivas mas difficilmente demonstráveis.

Sobre haver freqüentemente no trabalho em questão um reduzido conteúdo de História do Brasil, realmente êsse conteúdo que pelo menos em um capítulo alarmou um dos examinadores, pareceu-lhe determinado pelo tema que se propôs cuidar. Tratava-se de procurar assinalar nas descrições dos viajantes e colonos a presença de motivos estranhos ao Brasil e anteriores ao seu descobrimento. E concluiu: “Penso, aliás, mal ou bem que dificilmente pode-se chegar à inteligência do nosso passado se quisermos fazer da História do Brasil um compartimento estanque”.

Sobre a questão da noção da experiência no Renascimento presumida na tese, o candidato concordou com a observação do examinador achando que a idéia da **modernidade** do século XVI encontrava-se hoje em grande parte superada, fôsse como fôsse mesmo comparada com os progressos realizados neste particular por outros povos o **saber de experiências feito** português conservava traços arcaicos e pré-científicos, senão anti-científicos, segundo o examinador. E afirmou: “Não escapa a esta tendência sequer o filósofo Francisco Sanches que invoquei expressamente na tese”.

Quanto ao papel da Igreja nas atividades colonizadoras, disse o candidato ter sido possível que não tenha frisado com a necessária ênfase a parte que coube ao eclesiásticos no desenvolvimento da mitologia edênica, contudo a atuação dêles lhe parece considerável, o que ficou implícito em muitos dos seus argumentos.

No tocante às possíveis influências dos egípcios sobre idéias da Antigüidade acerca das terras ocidentais que teriam agido no espírito dos navegantes, disse o candidato não ter especificado nitidamente quais. Contentou-se com assinalar essas influências, evitando muitas vêzes teorias sujeitas a controvérsia e que o afastariam do rumo tomado. Quanto ao caso dos precursores dos portugueses na tentativa de alcançar a Índia costeando a África, não se recordava, no momento, se aludiu especialmente à tentativa dos irmãos Vivaldi. Importou-lhe acentuar o valor dos precursores, especialmente italianos, em particular genoveses como os Vivaldi e isso êle o fez.

Da expedição de D. Nuno Manuel, quando falou nela, não quis com isso significar que D. Nuno viajou no navio de que foi um dos armadores, referido na **Nova Gazeta**. Tem sido geralmente admitido entre historiadores que o piloto da nau mencionada terá sido João de Lisboa.

Concordou com as observações relativas às expressões **Canério** e **alapego de sam paulo**, admitindo que a forma **Cavério** é realmente mais exata do que **Canério**, embora fôsse esta a geralmente usada. Nesse sentido, afirmou que procurará corrigi-la na edição definitiva da tese. Disse ainda que quando redigiu o seu trabalho, não lhe ocorreu que antes de Duarte Leite já Orville Derby explicara a expressão **alapego** existente no mapa de Cavério como simples corruptela de **arquipélago**.

MYRIAM ELLIS